

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS
Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-AS - 20/04/2023- 09h00
Reunião por videoconferência – Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABAS	Didier Gastmans (T)
AEAAV	Edilson Pentean (T)
	Hélio Bortoletto Júnior (S)
BRK Ambiental Limeira	Eduardo Gonzales de Curtis (T)
Consórcio Piraf	Francisco Antonio Moschini (T)
CPRM/SBG	Andréa Segura Franzini (T)
DAAE Rio Claro	Paulo Afonso Prado e Silva Junior (S)
DAE Jundiá	Rosemeire Aparecida Moreira (T)
	Rita de Cassia Canieo Garcia (S)
DAEE	Júlia Octaviano Noale (T)
	Deborah do Valle Nuvens Lunardi (S)
	Graziela Lopes Bertolino (S)
Edisonda	Sara Giandomingo (T)
	Letícia dos Santos Daleffe (S)
	Ygtea Ciriano Castellano (S)
	Jeanny Mary Danvanzo (S)
FRC Ambiental	Fábio Renato de Souza Cruz (T)
IPA	Sibele Ezaki (T)
	Mara Akie Iritani (S)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
IPT	José Luiz Albuquerque Filho (T)
	Nádia Franqueiro Corrêa (S)
P.M. de Jaguariúna	Paulo Roberto Iamarino (T)
P.M. de Limeira	Ariane Fernanda dos Santos (T)
P.M. de Louveira	Tatiana Fidelis Correia da Silva (T)
SAA	Angelo César Bosqueiro (T)
SABESP	Ernesto Gonzales (S)
SANEB/AVI	Mara Leteliane Leite Reis (T)
UNESP/CEA	Didier Gastmans (T)
UNICAMP	Ana Elisa Silva de Abreu (T)

Membros ausentes	
Entidade	
ABAS	
ASSEMAE	
CIESP - DR Bragança Paulista	
CIESP – DR Campinas	
CISBRA	
Fundação Florestal	
Geoblue	
Hidro Licenças	
P.M. de Analândia	
P.M. de Campo Limpo Paulista	
P.M. de Ipeúna	
P.M. de Itatiba	
P.M. de Rio Claro	

P.M. de Santa Maria da Serra
Química Amparo
SAEAN
SANASA

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Rebeca Silva
	Tainá Moura
	Kaique Duarte Barretto
	Danilo Costa
P.M. de Ipeúna	Mariane Rodrigues Amuy
	Gabriela Paseto

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Aos vinte dias do mês de abril de 2023, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma *Google Meet*, a 79ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 13 de abril de 2023. **2. Abertura da 79ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS):** A abertura da reunião foi realizada pela coordenadora da CT-AS, Sra. Sibele Ezaki, representante do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), que agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum qualificado para o início da reunião. **3. Aprovação da Ata da 78ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, realizada em 16/02/2023:** A Sra. Sibele Ezaki informou que foi feito o envio aos membros, da minuta de ata da reunião anterior, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Também abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo, submeteu aos membros para aprovação a minuta de ata da 78ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, sendo aprovada por unanimidade. **4. Palestras sobre áreas de restrição e controle e o papel dos Comitês de Bacias: exemplos de Ribeirão Preto e Jurubatuba:** Devido a finalização do Termo de Referência (TR) para contratação de serviço especializado de estudo hidrológico em Americana e Nova Odessa, o tem que sido discutido nesta CT há alguns anos, viu-se a necessidade de uma melhor

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-AS - 20/04/2023- 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

preparação sobre o assunto, no sentido de entender qual o papel do comitê de bacia hidrográfica nessa definição de áreas de restrição e controle para uso e captação de águas subterrâneas. Nesse sentido, percebeu-se o interesse em trazer experiências de outras áreas e representantes de órgãos gestores que aplicam as portarias e deliberações. Foi feito o convite a representantes dos órgãos gestores que participam do Comitê de Bacia Hidrográfica do Pardo (CBH-PARDO) e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT), porém, não foi possível contar a presença destes para esta reunião. Nesse sentido, para a apresentação sobre a implantação de área de restrição e controle em Ribeirão Preto, foi convidada a Sra. Maria Akie Iritani, representante do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA – Núcleo de Geociências), que participou do CBH-PARDO durante as discussões e para apresentação das áreas de restrição e controle para captação e uso da água subterrânea – exemplo de Jurubatuba, será feita pela própria Sra. Sibebe, que participa na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do CBH-AT como relatora. A Sra. Mara explicou que os dados sobre a área de restrição de Ribeirão Preto que serão apresentados, são resultados do projeto que o Instituto Geológico (IG – atual IPA) participou em meados de 2004, não tendo dados mais recentes sobre o objeto de estudo, sendo assim será dado mais ênfase no histórico das discussões para escolha das áreas. Apresentou um mapa com aspectos geológicos de Ribeirão Preto; características dos aquíferos em Ribeirão Preto, sendo o Aquífero Serra Geral e o Aquífero Guarani; exploração da água subterrânea em Ribeirão Preto, com dados e mapas sobre perfuração de poços, em que pôde-se verificar que como o nível da água foi caindo e precisavam de maior produção os poços começaram a ser mais profundos; dados comparativos sobre potenciometria do Aquífero Guarani em Ribeirão Preto, extraídos de um estudo de Sinelli, 1984, com mapas de piezometria em 1920/1949, 1966/1975, 1976/1981 e 1983, com o afastamento da curva equipotencial conforme o aumento da quantidade de poços; mapa com potenciometria do Aquífero Guarani em Ribeirão Preto, com resultados do estudo realizado pelo IG em 2004 e recorte do mapa potenciometrico produzido pelo Banco Mundial (OEA/GEF, 2009); dados sobre rebaixamento de nível, apresentando comparação de nível estático e profundidade da base do

basalto para poços ativos e desativados. Explicou sobre alguns dos fatores que influenciaram a conscientização sobre a importância da proteção do SAG em Ribeirão Preto e a proposição de critérios para o controle da perfuração de poços no município, entre os anos de 2004-2005, destacando inclusive a criação da Câmara Técnica de Saneamento e Águas Subterrâneas o CBH-PARDO e posterior criação de um grupo de trabalho no âmbito desta câmara, para estabelecimento de critérios para autorização de Perfuração de Poços no município de Ribeirão Preto. Foram considerados aspectos legais e técnicos para o embasamento das atividades do GT, sendo estas: i. discussão sobre os problemas existentes; ii. avaliação integrada dos cones de rebaixamento definidos por diversos estudos; iii. avaliação da experiência da CTAS (CRH) na delimitação de uma Área de Restrição e Controle Temporária no município de São Paulo; iv. proposição de delimitação da Área de Restrição e Controle Temporária e as Zonas de Proteção; v. definição de restrições a serem aplicadas em cada zona. Seguiu apresentando um histórico das atividades abrangendo desde a criação do grupo de trabalho até a aprovação da proposta pelo CBH-PARDO e posteriormente pelo CRH, entre os anos de 2005-2006. Por fim, apresentou os aspectos de zoneamento da área aprovados pela deliberação e os critérios para perfuração de poços, distribuídos por zona e suas atualizações até 2021 (renovação a cada 2 anos). Dando sequência, a Sra. Sibebe apresentou sobre o exemplo que ocorreu na Bacia do Alto Tietê. Iniciou apresentando um mapa da região do canal de Jurubatuba e explicou que em 2001 houve a confirmação de contaminação por solventes halogenados em empresa e entorno e no ano seguinte até 2005 foram realizadas inspeções em áreas pela empresa e pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), amostragem em poços, interdição de poços pela Coordenadoria de Vigilância em Saúde no município de São Paulo (COVISA) e acompanhamento pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Explicou que na época, a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) acompanhando essas questões de superexploração e contaminação elaborou uma Proposta de “Diretrizes e procedimentos para definição de áreas de restrição e controle da captação e uso das águas subterrâneas”, aprovada pela Deliberação CRH nº 52 de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-AS - 20/04/2023- 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

15/04/2005, com a priorização de áreas críticas (Região Metropolitana de S. Paulo e de Campinas, Vale do Paraíba do Sul, regiões de Bauru e Ribeirão Preto/Franca) para realização de estudos, abrangendo entre elas a região do Canal do Jurubatuba. Essa deliberação está sendo inclusive utilizada como base para as definições de áreas de restrição e controle para Americana/SP e Nova Odessa/SP. O Departamento de Águas e Energia Elétrica emitiu a Portaria DAEE nº 1594/2005, criando uma área de restrição temporária da água subterrânea, no município de São Paulo, onde estavam os poços contaminados, estabelecendo a proibição de perfuração de novos poços de abastecimento; a restrição da exploração de dezenas de poços e a necessidade de estudo detalhado na região. No ano de 2006, foi publicado pelo DAEE o edital para execução do projeto “Delimitação de Áreas de Restrição e Controle e Captação e Uso de Águas Subterrâneas no município de São Paulo”, executado pela SERVMAR, com acompanhamento do DAEE, apoio da CETESB e financiamento pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo (FEHIDRO). Nesse sentido, seguiu explicando sobre o conteúdo do estudo, apresentando mapas com a classificação das atividades pela carga potencial de contaminação; atividades com elevado potencial de contaminação; densidades das atividades com elevado potencial de contaminação; vulnerabilidade e áreas contaminadas e proposta de áreas de restrição e controle (baixa/média/alta) com relação a áreas contaminadas por solventes halogenados. O estudo foi amplamente divulgado nas Câmaras Técnicas do CBH-AT, contando com a criação de grupo de trabalho, semelhante ao que foi realizado no CBH-PARDO para acompanhamento do assunto. Em 2011, o Alto Tietê estabelece, por meio da Deliberação CBH-AT, nº 01/2011, as áreas de restrição e controle na região de Jurubatuba, determinando que nas áreas de alta restrição, somente sejam regularizados os poços que explorem água exclusivamente do aquífero cristalino, estritamente para uso no processo industrial, não sendo permitidas novas perfurações (art.3º). e seguiu explicando outras providências para média e baixa restrição. Diferente do caso de Ribeirão, a deliberação ficou vigente durante 10 (dez) anos, não havendo renovação, o que gerou discussões sobre a reavaliação das áreas, o que culminou na criação, em 2020, do GT-Jurubatuba no âmbito da

Câmara Técnica de Águas Subterrâneas no CBH-AT, com a realização de uma audiência pública para apresentação de proposta de deliberação. Em 2021, por meio da Deliberação CBH-AT nº 139/2021, rerratificou-se a área de restrição e controle na região de Jurubatuba, com a proposição de um novo mapa com perímetro proposto, nova redação trazendo certa unificação dos critérios, antes divididos de baixa a alta restrição, dentre outros procedimentos relativos a análises químicas, integridade dos poços, fluxo de informações e medidas de controle e fiscalização. Após as apresentações, foi aberto um espaço aos membros para debate, em que os membros parabenizaram as palestrantes pelas apresentações e trocaram experiências e informações sobre aspectos técnicos da temática, dialogando sobre cálculos de raios de influência e vazão média, importância de um plano de comunicação para divulgação e transparência das informações, conflitos urbanos e pressão sobre os recursos naturais, avanço dos assuntos técnicos e internalização de demandas das águas subterrâneas entre dirigentes e instâncias colegiadas e os paralelos entre os estudos de caso apresentados com a situação de Americana/SP e Nova Odessa/SP, dentre outros assuntos. Como encaminhamento, será feito o envio das apresentações e demais materiais da reunião aos membros por *e-mail*. **5. Estruturação do VII Workshop de Águas Subterrâneas dos Comitês PCJ:** Dando sequência aos itens de pauta, a Sra. Sibeles passou a palavra para a Sra. Julia Noale, coordenadora do GT-Comunicação, para apresentar aos membros as atualizações sobre a organização do VII Workshop de Águas Subterrâneas. A Sra. Júlia Noale, representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), agradeceu a palavra e deu início as explicações, dando repasses aos membros sobre a 2ª Reunião do GT-Comunicação (CT-AS), realizada em 16/03/23. O tema central do evento foi definido como “Sustentabilidade Hídrica nas Bacias PCJ: Qual a real importância das Águas Subterrâneas”. O evento ficou previsto para acontecer entre os dias 18 e 19 de outubro (4ª e 5ª feira), na Universidade Estadual Paulista – campus Rio Claro (UNESP Rio Claro), como nas edições presenciais anteriores. Em seguida, apresentou aos membros uma proposta da programação que prevê atividades nos períodos da manhã, tarde e noite no dia 18/10 e manhã e tarde no dia 19/10. As atividades

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-AS - 20/04/2023- 09h00 Reunião por videoconferência – Google Meet

de palestras e mesas redondas ocorrerão no Auditório de Geografia da UNESP, já os minicursos, previstos para o período da tarde do segundo dia, ocorrerão no Centro de Estudos Ambientais (CEA/UNESP). A Atividade noturna do primeiro dia do evento será um coquetel de abertura, com início às 18h30, em uma chácara. Foi apresentado a relação de palestrantes e participantes das mesas redondas e minicursos, faltando apenas alguns ajustes e verificações finais. A Sra. Júlia lembrou que foram consideradas as sugestões e comentários dos membros, obtidas por formulário específico que foi compartilhado por *e-mail* para preenchimento. Em seguida, apresentou os temas e artes de divulgação das edições anteriores, para conhecimento. Após as apresentações, foi aberta a palavra aos membros em que foram debatidos demais aspectos sobre a estruturação do evento e orientação aos palestrantes. Por fim, a Sra. Júlia informou que a reunião do GT-Comunicação está prevista para o dia 18/05/23 às 9h, por videoconferência.

6. Informes: Na sequência, a Sra. Sibeles passou para os informes: **6.1. da Coordenação:** a) A Sra. Sibeles informou que a coordenação da CT-AS foi convocada pelo Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público do Estado de São Paulo (GAEMA MPSP), para prestar esclarecimentos sobre a elaboração do Termo de Referência (TR) visando a contratação de serviços especializados para delimitação de áreas de restrição e controle do uso dos recursos hídricos subterrâneos nas Bacias PCJ. A reunião está prevista para o dia 25/04/23, de forma presencial em Piracicaba/SP. Complementarmente a Sra. Sibeles informou que no âmbito do GT-Controle, foi feito o levantamento de uma listagem de poços, solicitada pela Coordenação de Projetos da Agência das Bacias PCJ, que é a equipe que está acompanhando o assunto de forma técnica; b) O Sr. José Luiz Albuquerque, coordenador-adjunto da CT-AS, lembrou, conforme informado na última reunião da CT-AS, que haverá a renovação das Câmaras Técnicas para o próximo mandato, o qual ele não tem interesse em permanecer como adjunto. Nesse sentido, reiterou aos que tiverem interesse no cargo, para que procurem a atual coordenação para esclarecimento de dúvidas e alinhamentos. Em complemento a fala do Sr. José Luiz, a Sra. Sibeles sugeriu que a coordenação, levantasse os principais materiais e informações sobre as atribuições

da CT-AS e sobre a eleição da coordenação durante o processo de renovação; **6.2. dos membros:** a) A Sra. Mara Akie Iritani, representante do Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA), informou que está representando a CT-AS dos Comitês PCJ no grupo técnico (GT-SAG) formado pela Coordenadoria de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRHi) para acompanhamento do projeto “Proposição de instrumentos legais e infralegais para proteção e conservação da área de afloramento do Sistema Aquífero Guarani (SAG) no Estado de São Paulo. Explicou que a consultoria tem sido feita pela pesquisadora Pilar Carolina Villar, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), que iniciou as atividades no começo desse ano. Foram feitas 2 reuniões do GT-SAG, sendo uma no dia 01/03, em que foi feito primeiramente um levantamento e análise crítica das legislações existentes e outra no dia 10/04, em que foi apresentado um relatório com propostas para aplicação da categoria de área de proteção máxima para o aquífero guarani e da criação de um programa estadual de águas subterrâneas, esta segunda fugindo um pouco do escopo ao qual ela foi contratada. Por fim, explicou que está previsto a realização de um seminário, que acontecerá de forma virtual no dia 27/04 às 9h30, em que haverá a apresentação dos resultados obtidos até o momento. Embora o contrato da Sra. Pilar se encerre no mês de maio/23, ela se comprometeu em continuar promovendo ações de divulgação e debate sobre a proteção do aquífero guarani. O Sr. José Luiz Albuquerque, reiterou a importância do trabalho da Sra. Pilar e da criação de espaços de discussão para esse tema, o que poderia resultar inclusive em um evento presencial. As informações para participação do seminário virtual do dia 27/04, serão enviadas aos membros, assim que obtidas as informações pelo CRHi; **6.3. da Secretaria Executiva:** A Sra. Rebeca Silva, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), apresentou os informes da SE/PCJ, sendo: a) **Alteração dos representantes dos membros:** a SE/PCJ recebeu a solicitação dos respectivos membros: i) Edison da: indicação da Sra. Sara Giandomingo para representante titular em substituição a Sra. Jeanny Mary Danvanzo que passou para representante suplente. Indicação da Sra. Ygtea Ciriano Castellano para representante suplente e remoção da Sra. Caroline Ramos Araújo; ii) P.M. de

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS
Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-AS - 20/04/2023- 09h00
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Louveira: remoção do Srs. Felipe Campos Vergueiro, Victor Marinheiro e Marília Martins Rodrigues de Barros Neto. Indicação de novos representantes suplentes os Srs. Daniel Fernando Miqueletto, Gustavo Henrique Tarallo Bossi, Bruno Muller Bigueto, Rodolfo Duarte de Melo, Vinícius Gottschall Criscuolo, Israel Silva de Oliveira, Luiz Henrique Dutra Gema, Mateus Bento Batista Arantes, José Ricardo Verardo e Lucas Strabello; e as Sras. Carolina Mazine Alves, Flávia Izaura Camargo Pinto, Patrícia Regina Siqueira Ferreira Calegari, Rose Mary G. Skelton Celidonio e Vanessa Fernanda. Lourençon. Como trata-se de alterações de entidades que já fazem parte da CT-AS, é passado aos membros como informe apenas para ciência, sem necessidade de aprovação; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2023. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SIGRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Também destacou a atualização do portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) em parceria com a Escola Virtual de Governo (EV.G), com a incorporação dos conteúdos da ANA no catálogo de cursos disponíveis na plataforma da EV.G e seguiu informando o passo a passo para a navegação e acesso dos temas de interesse. Complementarmente, orientou que os certificados dos cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **c) Eleição dos plenários (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1) Mandato 2023-2025:** informou que durante a 29ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (Plenária), realizada no dia 30/03/2023 de forma presencial, em Piracicaba/SP, na Fundação

Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP), foi reeleita e empossada a Diretoria dos Comitês PCJ para o biênio 2023-2025, sendo composta por: i. como Presidente do CBH-PCJ e Presidente do PCJ FEDERAL, o Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida, prefeito de Piracicaba/SP; ii. como Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, o Sr. Marco Antônio dos Santos, representante da ASSEMAE; iii. como Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, o Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da SEMIL; iv. como Secretária-executiva adjunta do CBH-PCJ: Caroline Túbero Bacchin, representante da SEMIL; v. como 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1, o Sr. Sidney José da Rosa, representante da BIOSS; vi. como 3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, a Sra. Roseli dos Santos Souza, representante do Ministério de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas. Além da definição da diretoria e da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, durante a reunião foi realizada a posse de representante dos membros dos plenários (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1); definição de municípios paulistas com direito a voto; participação nos conselhos estaduais (CRH-SP, CMC-SP e CONESAN-SP); participação nos Fóruns (Paulista e Nacional) de CBHs e na Rede Brasil de Organismos de Bacias Hidrográficas (REBOB), além da composição da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ. Mais informações podem ser acessadas neste [link](#); **d) Renovação das CTs – Mandato 2023-2025:** informou que com a renovação da Diretoria, o próximo passo é a renovação das Câmaras Técnicas (CTs) que acontecem sempre no mês de julho dos anos ímpares. Informou que a programação para esse processo consiste nos seguintes passos: i. abertura do processo no início do mês de maio/23 com envio do ofício circular dos Comitês PCJ com as instruções gerais; ii. indicação das entidades para ingresso nas CTs ou alteração dos representantes já indicados, até o final do mês de junho/23; iii. reunião on-line com todas as CTs prevista para o dia 19/07/2023 onde ocorrerão a posse dos representantes indicados, eleição/recondução da coordenação, recomposição dos Grupos de Trabalho (GTs) e da coordenação dos GTs e atualização do calendário de reuniões para o próximo mandato. A Sra. Rebeca informou que todas as informações serão disponibilizadas no *site* dos Comitês PCJ

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS
Ata da 79ª Reunião Ordinária da CT-AS - 20/04/2023- 09h00
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

<<http://comitespcj.org.br/>> e) **Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** em seguida, foi informado da próxima reunião agendada da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ que será a 57ª Reunião Extraordinária no dia 28/04/23 às 9h30, presencialmente no campus 1 da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) - endereço completo disponível na agenda do *site* dos Comitês PCJ. **7. Outros Assuntos:** A Sra. Sibeles ressaltou quanto as próximas reuniões dos grupos de trabalho no âmbito da CT-AS, sendo: **i.** 3ª Reunião do GT-Comunicação: 18/05/23 às 9h00, por videoconferência; **ii.** 9ª Reunião do GT-Controle: 18/05/23 a partir das 10h00, por videoconferência. As convocações serão enviadas aos membros dentro do prazo regimental. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Sibeles Ezaki, coordenadora da CT-AS, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Sibeles Ezaki
Coordenadora da CT-AS

José Luiz Albuquerque Filho
Coordenador-adjunto da CT-AS